CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE
Rua Hugo Carneiro, n° 567 – Bairro Bosque

ATA PLENÁRIA, DE 23 DE OUTUBRO DE 2025.

Ata da nonagésima sétima sessão Ordinária da primeira Sessão Legislativa da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Rio Branco, estado do Acre.

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e cinquenta minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Rio Branco; sob a presidência do **vereador Joabe Lira**, secretariado pelo **vereador Felipe Tchê**; presentes ainda os edis: Aiache; André Kamai; Antônio Morais; Bruno Moraes; Eber Machado; Elzinha Mendonça; Fábio Araújo; Joaquim Florêncio; Leôncio Castro; Lucilene Vale; Márcio Mustafá; Rutênio Sá; Samir Bestene; João Paulo; Matheus Paiva; Neném Almeida, Samir Bestene e Zé Lopes. Foi declarada aberta a sessão. A ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade. Em atenção ao Requerimento nº 202/2025, de autoria do **vereador Joaquim Florêncio**, foi realizado um ato solene destinado a homenagear o pastor Raimundo Nonato Moreira da Silva e pastora Edilma da Costa Moreira, e demais membros da Igreja do Evangelho Quadrangular – Xavier Maia, em alusão ao trabalho desenvolvido nas áreas religiosa, social e de saúde. Encerrado o ato solene com entrega das moções e foto oficial. Aberto o PEQUENO EXPEDIENTE. Assomou à tribuna **vereador André Kamai**; iniciou sua fala apresentando o Projeto de Resolução que dispôs sobre a criação, no âmbito da Câmara Municipal de Rio Branco, da Frente Parlamentar do Cooperativismo no município de Rio Branco, destacou que a iniciativa tem como objetivo fortalecer o diálogo e a cooperação entre o Poder Legislativo, as cooperativas locais e a sociedade civil, promovendo políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social por meio do cooperativismo, solicitou exibição de um vídeo, após a exibição do material, comentou que havia se manifestado sobre o assunto dias antes, esclarecendo que as obras mostradas não eram de responsabilidade exclusiva da Prefeitura de Rio Branco, mas sim do Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal, explicou que a Prefeitura apenas participava com uma contrapartida e na condução da execução das obras, ressaltou que o prefeito fazia questão de omitir essa informação, chegando inclusive a esconder as placas das obras, afirmou que, para o prefeito, a disputa política é mais importante do que a boa gestão, destacou que não era verdade que administrações anteriores não haviam realizado obras, citou como exemplo a construção do Conjunto Rosa Linda e outros empreendimentos habitacionais feitos pelos governos da Frente Popular, observou que, diante da afirmação do prefeito, de que atualmente há recursos disponíveis, cabe questionar a falta da merenda nas escolas, a rua dos bairros, esburacada, faltava de água em várias regiões da cidade e os equipamentos públicos, especialmente os de esporte, que se encontra em estado de deterioração, afirmou que o prefeito aparenta destinar o orçamento municipal a finalidades diversas das responsabilidades diretas da Prefeitura, informou que apresentaria, nas explicações pessoais, um projeto de lei voltado à organização do IPTU nos locais onde os serviços públicos não são devidamente prestados, argumentou que não ser justo que os cidadãos paguem o imposto integralmente, se o serviço não chega às suas residências ou comunidades, agradeceu ao presidente pela concessão do tempo e reafirmou seu compromisso de apresentar a proposta em momento oportuno. Assomou à tribuna o **Vereador Felipe Tchê**. Informou que voltará a tratar de um tema debatido anteriormente, o da seca, mencionou que 73 comunidades rurais se encontram em situação de emergência por seca, ressaltou a precariedade dos recursos financeiros disponíveis à Defesa Civil para manter esse serviço, afirmou que um apelo ao secretário de Finanças, Sr.

Wilson e ao Governo Federal, para destinação de recursos adicionais ao Estado do Acre, para garantir o abastecimento de água às famílias afetadas, destacou que o valor de **R$ 340 mil** repassado pelo Governo Federal era insuficiente para atender às demandas do município, defendeu a necessidade de quatro milhões de reais para minimizar os impactos da seca, alertou que a falta de ações imediatas poderia levar o município a um colapso no abastecimento de água, relatou que realizou uma visita à Secretaria Municipal de Agricultura, onde fora recebido pela diretora Amanda, na presença de produtores e produtoras rurais e representantes dos polos Nilson Josuá e Custódio Freire, informou que a diretora deu encaminhamentos e estabeleceu prazos para atender as demandas desses polos e encerrou falando da importância do Dia do Garí, parabenizando-os pelo compromisso e pela dedicação ao bem-estar da população rio-branquense. Assomou à tribuna o **Vereador Samir Bestene**. Informou que trataria de um tema recorrente em suas manifestações na Casa: a importância dos microempreendedores individuais (MEIs), recordou que havia apresentado, meses antes, o Programa "Meu Primeiro Negócio", destinado à aquisição de equipamentos para apoiar famílias rio-branquenses na criação de pequenos negócios e geração de renda própria, explicou que o programa previa a criação de um portal de serviços, no qual os microempreendedores poderiam se cadastrar e disponibilizar seus serviços para contratação direta pelo poder público, com menos burocracia e maior agilidade, solicitou que a Prefeitura e a Camara, relatou que havia visitado o bairro Nova Estação, Rua Ouro Verde, onde verificou a existência de um canal de esgoto parcialmente concluído, causando odor forte e riscos à saúde da comunidade, solicitou a conclusão da obra e a recuperação da pavimentação, reiterou o pedido de providências à Prefeitura de Rio Branco para a conclusão dos serviços no local e agradeceu a atenção de todos, desejando bênçãos a todos os presentes. Assomou à tribuna o **Vereador Eber Machado**, solicitou que fossem exibidas algumas fotos durante sua fala, relatou que, em uma matéria publicada em um site de notícias, a Energiza havia divulgado uma nota sem assinatura, contestando uma denúncia apresentada pelo próprio vereador e por outros colegas de que um local funcionava desde 2002 sem relógio medidor de energia, informou que, para fundamentar a denúncia, levou um engenheiro eletrônico à visita ao local, que constatou a irregularidade na ligação elétrica, destacou que a nota da Energiza alegava que se tratava de uma ligação temporária, citando a Agência Nacional de Energia, mas que tal alegação não correspondia à realidade, já que a ligação se mantinha por três anos, afirmou que a situação configurava um "gato autorizado" pela Energiza, lembrou que a lei estabelece um prazo máximo de 180 dias, renováveis por mais 180 dias, para que uma ligação provisória permaneça em obras, totalizando um ano, enquanto o local em questão permanecia em situação irregular há três anos, ressaltou que, embora a empresa tolerasse a irregularidade naquele local, cortava energia regularmente nas residências de pessoas humildes, criticou a nota divulgada pela Energiza, classificando-a como desprovida de formalidade e sem assinatura, comunicou que protocolou um requerimento na Câmara solicitando informações detalhadas sobre os meses em que o serviço de energia estava sendo executado naquela localidade. Explicou que, com os comprovantes de pagamento, poderia verificar se a empresa e a Prefeitura de Rio Branco agiram dentro da legalidade, desafiou o prefeito a autorizar a aprovação do requerimento e afirmou que assim seria possível determinar se as ações da prefeitura e da Energiza estão de acordo com a lei. Aberto o GRANDE EXPEDIENTE **Vereador Joabe Lira**, assomou à tribuna. Expressou sua homenagem ao Dia do Gari, requereu a realização de um ato solene, com entrega de moção de aplauso à Secretaria Municipal de Cuidados com a Cidade, a ser realizado em 29 de outubro, em alusão ao Dia do Gari comemorado em Rio Branco. **Vereador Aiache**, assomou à tribuna. Falou de uma situação que ocorre na Rua Antonio Soares, próximo ao Café Contri, onde há três cadeirantes que moram nas imediações enfrentando dificuldade por

conta da má qualidade do asfalto, recordou que há legislação aprovada na Casa que dava prioridade à manutenção e pavimentação onde havia cadeirantes, mencionou outra rua, Guanabara, no bairro Belo Jardim, que necessitava de melhorias devido à presença de cadeirantes, explicou que a rua aguardava pavimentação há mais de 15 anos e que, durante períodos de chuva, a situação é crítica, destacou que os cadeirantes não conseguiam acesso de SAMU ou de veículos em emergências e enfatizou a necessidade urgente de atenção. Encerrado o GRANDE EXPEDIENTE. **Vereador André Kamai** assomou à tribuna. Apresentou um projeto de lei que concede desconto de 50% no IPTU para moradores cujas ruas apresentassem problemas severos que impedem o tráfego e o acesso aos serviços, explicou que o artigo 25 da Lei Complementar nº 1508, do Código Tributário, seria acrescido para permitir a redução, desde que os proprietários comprovassem, por requerimento formal, a existência de buracos significativos, falta de pavimentação adequada, depressões, obstáculos ou ausência de iluminação pública nas vias de acesso às residências, detalhou que, se a prefeitura não resolver esses problemas críticos em até 45 dias após o protocolo, o morador terá direito ao desconto de até 50% do IPTU, considerando que a outra metade continuaria destinada à manutenção comum da cidade, pediu apoio dos colegas para tramitar o projeto rapidamente e concluiu agradecendo a todos. Encerrada a explicação pessoal. Nada mais havendo a constar, a sessão foi encerrada às onze horas e cinquenta e quatro minutos e, para constar, lavrada a presente ata, que vai assinada pelo presidente e pelo secretário.

JOABE LIRA
Presidente – CMRB

FELIPE TCHÊ
1° Secretário – CMRB